



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681220 - RS (2021/0225359-7)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : JONATAN FIGUEIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JONATAN FIGUEIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (5068168-09.2020.8.21.0001).

O paciente foi condenado como incurso nas sanções do art. 33, *caput*, c/c art. 40, IV, ambos da Lei n. 11.343/2006, com a incidência do art. 61, I, do Código Penal, às penas de 8 anos e 3 meses de reclusão no regime inicial fechado e de 650 dias-multa.

A impetrante sustenta que “o acórdão recorrido inflige indevido constrangimento ilegal ao paciente, consistente em excesso de pena, posto que dá ao artigo 40, inciso IV, da Lei n. 11.343/06, interpretação divergente daquela atribuída pelos tribunais superiores, em razão de, na terceira fase da dosimetria da pena, ter sido exasperada de forma exacerbada a pena provisória, ao reconhecer a incidência da majorante do emprego de arma de fogo”.

Requer seja concedida liminar e, ao final, concedido o *habeas corpus* para cassar o acórdão proferido pelo TJRS.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria

por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC n. 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente